

RELAÇÃO ENTRE EVASÃO ESCOLAR E HOMOFOBIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Priscila da Rosa Maziero

Resumo: O presente artigo trata da homofobia sofrida por alunos/as da Educação de Jovens e Adultos (EJA) auto declarados não heterossexuais e a evasão escolar no ensino regular. Tem como objetivo geral analisar a presença e consequências da homofobia no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Imbituba/SC, articulando-as com as possíveis homofobias que levaram à evasão escolar na educação básica. Objetivos específicos: compreender como os sujeitos vivenciaram a discriminação e evasão escolar pela sua opção de gênero e de sexualidade durante a educação básica; analisar a presença da homofobia no CEJA e suas relações com novas evasões escolares; e refletir sobre o papel do CEJA na educação inclusiva para prevenção e combate à homofobia tecendo perspectivas para seu enfrentamento na escola de modo a coibir novas evasões escolares. A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória. Realizou-se um estudo de caso nas dependências do CEJA, em Imbituba/SC. O registro de dados decorreu da aplicação de questionários para os estudantes (10 turmas) e entrevistas semiestruturadas aplicadas junto a três estudantes que se dispuseram a contribuir com o estudo mediante ampla divulgação no CEJA. Após a aplicação das entrevistas as organizamos, logo subdividimos os resultados em seis categorias: família; amigos; educação básica; comportamento social e pessoal; homofobia e o CEJA de Imbituba na fala dos entrevistados; e combate à homofobia. Cada participante relatou experiências pessoais comprovando a relação existente entre a homofobia sofrida na educação básica e a evasão escolar, mas apontam o CEJA como um espaço de menor discriminação.

Palavras-chave: Diversidade Sexual. Homofobia. Evasão Escolar. Educação de jovens e Adultos.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre homofobia na escola tem aumentado nos últimos anos e nela se analisa o grande índice de registros de situações de discriminações que resultam, entre outros, na evasão escolar na educação básica. No entanto, poucos estudos tratam da Educação de Jovens e Adultos e poucos apontam se ela tem acolhido estudantes que sofreram discriminações nos momentos anteriores. O estudo em questão discorrerá sobre as possíveis consequências que sujeitos de outras práticas sexuais e expressões de gênero, como Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT) sofrem em ambientes escolares, mais precisamente no CEJA de

Imbituba/SC, de maneira a compreender se o CEJA contribui para diminuir a evasão escolar ou se é apenas mais uma das engrenagens que a faz perpetuar.

A partir dessa problemática serão explanados conceitos referentes ao tema como gênero, diversidade sexual, opção sexual, homofobia (aplicada a todos os sujeitos não heterossexuais); preconceito/discriminação; heteronormatividade; e reconhecimento. O objeto de estudo está voltado à proposta de reflexão acerca da realidade que os segmentos LGBT enfrentam em relação à homofobia sofrida, uma vez que esta realidade prejudica a sua permanência na escola, afetando diretamente seu convívio no ambiente de uma unidade escolar. A partir destas considerações, o problema que esta pesquisa buscou responder foi verificar se a homofobia teve papel principal na evasão escolar da educação básica e se no CEJA de Imbituba, hoje, ocorre essa mesma homofobia prejudicando ou não a permanência dos estudantes LGBT.

Diante de tal questionamento, é possível esclarecer algumas realidades atuais nas quais a sociedade apresenta com uma incidência cada vez maior de violência por discriminação ligada à homofobia. Nunca se falou tanto em homofobia. Então, ao estudar sobre este assunto teremos a oportunidade de refletir sobre a importância de se respeitar a diversidade sexual de cada indivíduo de maneira a obter a noção do quão grave e tamanha é a consequência na vida dessa vítima de tal discriminação.

Inúmeras são as razões de se realizar tal pesquisa, pois a homofobia abrange cenários sociais e profissionais e interfere diretamente no ambiente profissional ferindo a dignidade humana. Para um cidadão se desenvolver profissionalmente é necessário investir na educação. Logo, a luta pelo reconhecimento da diversidade sexual apresenta uma realidade atual em que todos nós, como membros desta sociedade, temos por dever saber conviver.

Neste estudo abordaremos alguns autores que refletem sobre o tema, como, Seffner(2011); Louro(2008); entre outros; para apresentar os conceitos e dialogar sobre a homofobia na modalidade de educação de jovens e adultos, conhecida como EJA, modalidade essa que ampara muitas vítimas que sofreram discriminações no ensino regular quando tinham idade de frequentar essas escolas e como consequência se sentiram obrigados a compor os números da estatística da evasão escolar.

A fim de ilustrar o tema tratado neste artigo, citamos um trecho de Louro em sua crítica à heteronormatividade da escola

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, torna-se excêntrico. (2008, p. 43-44).

A modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) foi inserida na sociedade a fim de contribuir com aquelas pessoas que estão com distorção série-idade, ou seja, a idade atual está acima da considerada adequada. Então, pela necessidade de continuarem seus estudos e, quem sabe, garantirem uma vaga no mercado de trabalho, essas pessoas procuram o CEJA para finalizarem a fase escolar.

O CEJA de Imbituba/SC pertence à esfera Estadual, é de natureza pública, e neste centro existem dois níveis de ensino, o Ensino Fundamental, que por sua vez se divide em séries iniciais e séries finais, e o Ensino Médio. Para cursar o Ensino Fundamental é necessário possuir a idade mínima de quinze anos completos, destacando que o tempo de duração é uma média de três anos para concluir do primeiro ao nono ano, enquanto que o Ensino Médio a pessoa deve ter idade mínima de dezoito anos completos e a sua duração possui uma média de um ano e seis meses para concluir do primeiro ao terceiro ano.

Como objetivo geral buscamos analisar a presença e consequências da homofobia no ambiente escolar do CEJA de Imbituba/SC, articulando-a com as possíveis homofobias que levaram à evasão escolar na educação básica. E como objetivos específicos visamos: compreender como os sujeitos vivenciaram a experiência da discriminação e evasão escolar pela sua opção de gênero e de sexualidade durante a educação básica; analisar a presença da homofobia no CEJA e suas relações com novas evasões escolares; refletir sobre o papel do CEJA na educação inclusiva para prevenção e combate à homofobia tecendo perspectivas para seu enfrentamento no âmbito escolar de modo a coibir novas evasões escolares.

2 METODOLOGIA

2.1 MÉTODOS DA PESQUISA

Dentre as classificações existentes para definir uma pesquisa científica é possível atribuir dois tipos de classificação, um de acordo com os objetivos e outro conforme os procedimentos técnicos utilizados. Logo, a pesquisa realizada no presente artigo é considerada, conforme o objetivo, do tipo Exploratória e de estudo de caso, pois a “Pesquisa Exploratória: proporciona maior familiaridade com o problema, pode envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado (...) Estudo de Caso: consiste no estudo profundo e exaustivo de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 2008)

Outras características que podem ser citadas em relação à classificação da pesquisa é a natureza que apresenta. Assim, tal pesquisa se enquadra na definição de pesquisa quantitativa e qualitativa, conhecida também como quanti-qualitativa, ou seja, ela pode ser considerada, de acordo com o registro de dados referentes à quantidade tanto de pessoas quanto de dados coletados, bem como na análise da qualidade das informações adquiridas de alunos(as) entrevistados(as) como tal.

De acordo com a necessidade de registrar dados para a pesquisa, foram utilizados três instrumentos. O primeiro, a partir da definição dos sujeitos, foi a busca, nos arquivos da secretaria do CEJA de Imbituba, de dados sobre os alunos(as) entrevistados(as). O segundo instrumento utilizado foi a aplicação de um questionário com as turmas em andamento, visando conhecer as experiências de discriminações presentes no ambiente do CEJA e como forma de divulgação da pesquisa com o intuito de buscar possíveis interessados em participar da pesquisa como entrevistados (Apêndice A); e um terceiro e último recurso foi a entrevista semiestruturada, na qual foi possível registrar as narrativas de estudantes utilizando gravador de áudio com os três entrevistados(Apêndice B).

2.2 SUJEITOS PESQUISADOS

Inicialmente, antes de realizar as entrevistas com um grupo de alunos(as), aplicamos um questionário com dez turmas do CEJA de Imbituba, através do qual

que divulgamos a pesquisa e selecionamos o grupo de voluntários, ao mesmo tempo que nos permitiu conhecer melhor o contexto de sociabilidade do CEJA e as possíveis discriminações ali vividas pelo conjunto de estudantes.

Dentre os alunos que frequentam o CEJA de Imbituba, três apresentaram perfil e disponibilidade para contribuir com a pesquisa em questão. O acesso a eles se deu não só por possuímos contato com eles devido à nossa função na secretaria da escola, mas pelo apoio de uma professora que possui mais intimidade com determinados(as) alunos(as), já que ela leciona uma disciplina específica para eles e que participou conosco da entrevista com os mesmos. Contamos também com a participação de uma funcionária da escola, a qual exerce a função de analista técnico pedagógico, para nos auxiliar com a aplicação dos questionários em sala de aula. Essa funcionária participou da pesquisa devido ao papel que ocupa no quadro de pessoal da equipe de gestão do CEJA de Imbituba. Após aplicar os questionários específicos com dez turmas do CEJA, um voltado para o público do sexo feminino e outro para o público do sexo masculino (apêndice A) e após coletar os dados preenchidos pelos alunos em cada questionário, tornou-se possível realizar uma tabulação a fim de visualizar a realidade de discriminações vivenciadas na escola onde se realizou o estudo além de, eventualmente, conseguirmos localizar mais sujeitos para a pesquisa.

Dentre as discriminações assinaladas pelos alunos nos questionários, podemos citar questões relacionadas a temas referentes à classe social, ser mulher, ser negro(a), homossexual, modo de se vestir, entre outros. Desta maneira construímos uma tabela com os registros dos alunos em consonância com o resultado dos questionários:

Quadro 1: Discriminações citadas no questionário

Discriminação Vivenciada	Número de vezes que a discriminação foi citada	
	Fundamental	Médio
Mulher	01	04
Homem	-	-
Negro	-	02
Negra	-	02

Estilo de se Vestir	-	01
Classe Social (pobre)	01	01
Homossexual	01	03
Homem Feminino	-	-
Mulher Masculina	-	01
Por ser de outra Cidade	-	01
Deficiência Visual	-	01

Fonte: Da autora, 2015.

Em relação à proposta inicial, não houve alteração considerável, pois os alunos que se denominavam pertencentes aos segmentos LGBT continuaram sendo os que se disponibilizaram a colaborar com o estudo por meio das entrevistas concedidas à pesquisadora. Algumas exceções ocorridas durante a aplicação do questionário foi a confirmação de um aluno do Ensino Fundamental de dezesseis anos, quanto ao fato de ser homossexual, que gostaria de ser entrevistado, mas, ao solicitarmos a autorização dos pais, desistiu pois, segundo ele, seus pais não o aceitam e aceitariam menos ainda a pesquisa com ele. Outra exceção que aconteceu durante a pesquisa está voltada aos participantes das entrevistas, pois o número inicial de alunos declarados homossexuais seria de cinco, mas algumas semanas após o primeiro contato dois alunos pararam de frequentar as aulas, ou seja, evadiram-se do CEJA. Em nossa busca por uma resposta para tal afastamento, foi possível registrar os motivos pelos quais os alunos desistiram das aulas e assim conseqüentemente da entrevista anteriormente combinada: um afirmou ter iniciado uma jornada de trabalho noturna, então não teria como frequentar o CEJA; enquanto que o segundo foi morar em São Paulo com seu companheiro, o que não conseguia fazer na cidade pequena de Imbituba. Esse fato foi nos narrado por sua irmã. Podemos inferir motivos de evasão nesses dois casos, mesmo sem a entrevista, que podem ser atribuídos ao mundo do trabalho e a incompatibilidade com os estudos e as discriminações cotidianas da cidade pequena.

Por outro lado, outros sujeitos não apareceram nas estatísticas levantadas por meio do questionário. Não sabemos se por medo de visibilidade ou se, simplesmente, não havia outros estudantes LGBT. Esclarecemos que os nomes são

fictícios e escolhidos pelos entrevistados, todos assinaram um termo de livre consentimento prévio e leram/autorizaram todas as entrevistas antes de sua utilização nas análises.

A seguir, disponibilizamos uma tabela com algumas informações dos alunos(as) entrevistados(as):

Tabela 01 – Dados dos/as Entrevistados/as

DADOS	JOÃO	PAULO	ANA
Idade	38	20	25
Cor	Negro	Branco	Branco
Trabalha	Cabeleireiro	Não	Cabeleireira
Renda familiar	R\$2500,00	-	R\$1500,00
Nível Ensino	Médio cursando	Médio cursando	Médio cursando

Fonte: Da autora, 2015.

3 EDUCAÇÃO

3.1 BREVE HISTÓRICO DO CEJA DE IMBITUBA

O CEJA de Imbituba/SC possui um público alvo com faixa etária entre quinze e sessenta anos, e atende moradores da cidade onde se encontra instalado, Imbituba/SC, assim como habitantes de cidades vizinhas, como Imaruí, Paulo Lopes e Garopaba. Dentre os alunos ocupantes das carteiras das salas de aula do CEJA de Imbituba é possível caracterizá-los desde simples adolescentes que apenas estudam, não possuindo qualquer vínculo empregatício, até pais de família que trabalham durante o dia e estudam no período noturno. Em relação à classe social, na maioria das turmas, há pessoas desde a classe trabalhadora e ,de maneira mais específica, é possível classificar alunos que vivem em situações de miséria. Como exemplo, temos alunos catadores de lixo, que possuem essa atividade como única renda de sobrevivência e temos alunos que vieram transferidos de escolas

particulares e até mesmo aposentados que possuem apenas o benefício da aposentadoria para se manter.

A maioria das pessoas que compõem o quadro do corpo de discente do CEJA de Imbituba está freqüentando o Ensino Médio, e esse nível de ensino abrange alunos entre dezoito e sessenta anos. A sua maior parte está na fase adulta, ou seja, na idade em que se encontram na ativa. São adultos que trabalham, ou estão à procura de emprego. Logo, o primeiro quer estudar para melhorar de trabalho, enquanto que o segundo tem como objetivo estudar para adquirir um vínculo empregatício. Essa é a batalha diária dos alunos que retornam aos estudos depois de certa idade, mas destacamos que não são apenas esses os motivos pelos quais os jovens e adultos voltam a estudar depois de alguns anos, claro que algumas exceções possuem outros motivos que o fizeram desistir de frequentar as escolas. E são as exceções voltadas à homofobia o nosso objeto de estudo.

Apresentaremos um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos do município de Imbituba, lembrando que tais informações foram coletadas dos arquivos do CEJA de Imbituba. O Centro em questão trata-se de uma escola pública que se encontra na esfera Estadual. No ano de 1970 ocorreu o início da educação na modalidade EJA, educação de jovens e adultos, no estado de Santa Catarina e mais especificamente no ano de 1985 aconteceu a criação do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), sendo que esse núcleo iniciou suas atividades nas dependências do Colégio Estadual Engenheiro Annes Gualberto localizado na cidade de Imbituba, e ofertava aos alunos apenas o Ensino Fundamental. Em 1997, o NAES mudou de endereço, passando a funcionar na Escola Básica Henrique Lage, mas devido à grande demanda de alunos que necessitavam concluir seus estudos ocorreu, no ano seguinte, a implantação de uma extensão de Ensino Médio do CEA, Centro de Educação de Adultos de Laguna, SC. Após essa ampliação o NAES precisou se instalar em um espaço físico maior, passando a funcionar em um prédio na Avenida Dr. João Rinsa, com o apoio da Prefeitura Municipal.

Novamente, em 2002 o número de alunos aumentou consideravelmente a ponto de necessitar de um local onde comportasse melhor os alunos, e a prefeitura, conseguiu novas e maiores alocações, passando assim a funcionar na extinta Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), onde durante sete anos a educação de jovens e adultos realizou suas atividades. Com o passar dos anos, a demanda era cada vez maior e logo um dos maiores objetivos da equipe gestora que administrava

tal núcleo era o reconhecimento de um centro, ou seja, de acordo com o número de alunos que frequentavam a escola estadual era possível que deixasse de ser apenas um Núcleo e passasse a ser um Centro.

2009 foi uma data muito importante para a EJA de Imbituba, pois o NAES de Imbituba transforma-se em um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), contando com vários projetos, como turmas presenciais, ensino por oficinas, educação carcerária, pró-jovem campo e passando a ser responsável pelo NAES de Garopaba. No ano de 2010 o CEJA de Imbituba atendia aproximadamente 900 alunos. A equipe gestora era composta por uma diretora, uma assessora de direção, trinta e seis professores, uma assistente de educação, um assistente técnico pedagógico, dois analistas técnicos em gestão educacional, três agentes de serviços gerais e atendia regularmente nos três turnos, matutino, vespertino e noturno. Logo, em 2011, o NAES de Garopaba foi extinto, assim o CEJA de Imbituba ficou responsável pelas Unidades Descentralizadas.

No ano de 2015 o CEJA de Imbituba possui aproximadamente 800 alunos e sua equipe gestora está composta por uma diretora, dois assessores de direção, sessenta professores, uma assistente de educação, três analistas técnicos em gestão educacional, duas assistentes técnicas pedagógicas, cinco agentes de serviços gerais, e um vigilante, atendendo regularmente nos três turnos, matutino, vespertino e noturno. Atende também as unidades descentralizadas nos municípios de Garopaba, Paulo Lopes e Educação Carcerária.

3.2 EVASÃO ESCOLAR

Quando o assunto é evasão escolar, muitas informações podem ser identificadas. Desde as estatísticas que mostram o nível em que ela vem acontecendo até os motivos que levaram os alunos a abandonar as salas de aula. A seguir apresentamos um quadro com as estatísticas atuais em relação à evasão escolar na Educação Básica do Estado de Santa Catarina:

Quadro 2: Evasão Ensino fundamental

<p>ABANDONO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL Unidade Territorial: Santa Catarina / Unidade: Percentual</p>
--

TAXA DE ABANDONO ESCOLAR	
Período	Total
2007	0,8
2008	0,6
2009	0,8
2010	0,8

Fonte: IBGE, 2015.

Quadro 3: Evasão Ensino médio

ABANDONO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO	
Unidade Territorial: Santa Catarina / Unidade: Percentual	
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR	
Período	Total
2007	7,1
2008	7,3
2009	6,8
2010	7,1

Fonte: IBGE, 2015.

Ao analisar as tabelas acima é possível verificar que há uma maior evasão escolar no Ensino Médio, sendo que essas informações são da Educação Básica.

Santos (2012), em sua tese de mestrado sobre o assunto, chama a atenção para o que considera o principal motivo que leva uma pessoa a desistir e que é o mesmo com que faz com que ela retorne aos estudos, como a conquista de um trabalho melhor:

Quanto aos resultados, pôde-se verificar que um dos fatos mais marcantes relacionados à evasão dos sujeitos pesquisados está vinculado principalmente à questão do próprio trabalho dos ex-alunos, sendo ele também o principal motivo da procura pelo retorno à escola, além de outros fatores como: problemas de saúde, problemas familiares, moradias distantes, e conflitos intergeracionais dentro da escola.(SANTOS,2012, p. 8)

Ressaltamos ainda que (Zeferino, 2015, p. 58) destaca em sua dissertação de mestrado a relação da evasão como consequência da discriminação sofrida em sala de aula, onde o mesmo cita uma pesquisa de Bohm (2009), que

35% das entrevistadas confessaram ter desistido da escola devido às violências direcionadas a elas, além de serem invisibilizadas pelo corpo docente. Zeferino destaca:

[...] fui extremamente humilhada, sim, desde a primeira série, porque minha voz era fina, os meus gestos são extremamente delicados [...] Eu não entendia o que estava acontecendo, porque eu era uma menina no corpo de um menino [...] eu tinha sido invisível para meus educadores, professoras ausentes que nunca me enxergaram [...] impossível as professoras nunca terem visto, elas deixavam assim, como se eu fosse a vilã. (Entrevista professora trans. BOHM, 2009, p. 44)

4 ALGUNS ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS

Antes de pensarmos sobre a evasão devido à discriminação como um dos possíveis fatores, faz-se necessário o esclarecimento de alguns conceitos como identidade de gênero, diversidade sexual; opção sexual; homofobia (aplicada a todos os sujeitos não heterossexuais); preconceito/discriminação; heterossexismo; heteronormatividade; e, por fim, legislação e reconhecimento.

A abordagem das questões de gênero e de sexualidade está diretamente relacionada às várias formas que as pessoas podem apresentar, sendo que não se limita a opção da escolha da pessoa com quem pratica o ato da relação sexual, mas sim aos gostos, decisões e todo um conjunto de costumes que depende de cada sociedade em que as pessoas estão inseridas, de tal modo que seja visível no jeito de agir, de se vestir e na maneira como essas pessoas se veem e como elas são vistas pelos outros.

Sabemos que enquanto o sexo biológico de uma pessoa está relacionado com as características físicas, como por exemplo, os órgãos genitais que a compõe, é possível destacar que o gênero está voltado para outras dimensões humanas como as culturais, sociais e psicológicas. Ainda há muito para se evoluir no sentido de entender o indivíduo com suas diferenças, porque, na verdade a própria sociedade padroniza tais conceitos, tendo por base uma heteronormatividade em que há apenas um tripé considerado normal para quem nasce homem, que é ser macho, masculino e heterossexual assim como outro tripé para a mulher, que é ser fêmea, feminina e heterossexual. Será apenas dentro desse universo restrito que os seres humanos poderão expressar seus desejos e seus modos de ser. O ambiente escolar, igualmente, também participa dessa heteronormatividade e, às vezes, até de modo mais agudo, como mostram muitas pesquisas. Enfim, existe um paradigma

baseado na heteronormatividade que se funda na normalidade da heterossexualidade, mas também na normalidade de um gênero correspondente e fixo que foi criado com o passar dos tempos e que se transformou em regras a serem seguidas. Caso os sujeitos não estejam de acordo com os padrões, então serão considerados anormais diante dos olhos da sociedade. O padrão heteronormativo passa a ser o padrão social ou sistema social vigente na sociedade brasileira, onde a heterossexualidade é ensinada, reforçada e exclusivamente aceita pelas instituições sociais e pela própria sociedade. E, em questionamento à fixidez de gênero, temos o conceito de Identidade de gênero, quando independente do sexo biológico, reconhece-se que um ser humano pode ter a identidade de gênero feminina, masculina ou outras fusões de identidades de gênero possíveis em diferentes modos trans, lembrando que a identidade de gênero é sempre uma construção social mutável, e não um signo físico ou biológico.

A diversidade sexual abrange, portanto, a existência de inúmeras práticas sexuais presentes na sociedade, decorrentes das diferentes opções sexuais¹ dos sujeitos, sendo o prefixo homo considerado como a sexualidade dirigida aos de mesmo sexo biológico, o prefixo bi a ambos e o prefixo trans a sujeitos que transitam entre os sexos e entre os gêneros. Nesse sentido, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis entre outras interseções são as inúmeras facetas dessa diversidade sexual que vem a cada dia se expressando em nossas sociedades, mas sabemos que a luta que esses sujeitos que compõem o movimento LGBT enfrentam é crítica, pois não são aceitos ou reconhecidos, assim sendo vítimas de discriminação pelas pessoas consideradas normais por serem heterossexuais e que agem discriminatoriamente por meio do heterossexismo, julgando-se hierarquicamente superiores por sua expressão sexual ser considerada o padrão. A homoafetividade passa por esses mesmos critérios e foi um termo criado para demonstrar que a sexualidade também pode envolver as relações amorosas e que não seria uma característica apenas dos casais heterossexuais.

¹ Não adentramos aqui na polêmica se os sujeitos nascem ou escolhem suas sexualidades, ainda que tenhamos por premissa que desde o momento que nasce o sujeito vivencia diferentes experiências que vão conformando seus caminhos mas que a escolha, de algum modo, também só se dá dentro de certos limites que a própria sociedade impõe, já que, filosoficamente, poderíamos também nos questionar se todos os/as heterossexuais “escolheram” de fato, essa opção.

Ao questionarmos esses paradigmas, trazemos uma análise de Seffner (2011, p.112) sobre os estudos a serem feitos por educadores/as quando pretendem adentrar nesta temática:

Professores e professoras dispostos a tratar dos temas de gênero e sexualidade na escola, em articulação com o campo dos direitos humanos, precisam estar preparados, pois as polêmicas que envolvem o assunto são enormes. Por outro lado, conforme acima debatido, esta é uma tarefa mais do que necessária de ser feita pela escola hoje em dia. O primeiro passo é ampliar a compreensão dos conceitos de gênero, sexualidade, pedagogias do gênero e da sexualidade. Para isso, recomenda-se a leitura de Scott (1995) e Louro (1997, 1999, 2000), dentre muitos outros autores que vem se debruçando sobre o tema. O passo seguinte é analisar a articulação entre as questões de gênero e sexualidade na escola e o campo dos direitos humanos, ou de uma educação em direitos humanos. Uma excelente leitura inicial são os “PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA - Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”.

Em outros momentos se utilizava a palavra homossexualismo, pois se acreditava, principalmente entre os setores da medicina e da psicologia, que o indivíduo homossexual era dotado de uma doença, por isso o sufixo “ismo”, mas depois de muitas lutas foi reformulada tal nomenclatura para homossexualidade, no intuito de rever o sufixo “ismo” para o sufixo “dade”, que possui o sentido de “modo de ser”. Sendo assim, nos dias atuais, o termo passou a ser homossexualidade.

Alguns conceitos ainda devem ser destacados nesta discussão como heterossexismo, lesbofobia e homofobia. A autora Kelly Kotlinski (2007, p. 3-4) em seu artigo “*Diversidade Sexual - Uma breve introdução*” expõe alguns conceitos:

- **Heterossexismo:** atribui vantagens à heterossexualidade, privilegia os direitos de heterossexuais em detrimento dos direitos de homossexuais. Por vezes sutil, o heterossexismo é a opressão de "não heterossexuais" por meio inclusive da negligência, omissão, supressão e distorção dessas vivências.
- **Lesbofobia:** entendemos por fobia que algumas pessoas e/ou grupos têm em relação às lésbicas. O termo é usado para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre mulheres, um ódio generalizado às lésbicas e todos os aspectos do preconceito e discriminação heterossexista. É apontada como causa da maior parte dos casos de violência sofridos pelas lésbicas no mundo inteiro.

- **Homofobia:** Tal qual a lesbofobia, é uma postura de repulsa ainda mais ampliada, ou seja, em relação às e aos homossexuais, e ainda às e aos travestis, e às e aos transexuais. A homofobia se expressa de muitas formas: dificultando a formação educacional e profissional de homossexuais; motivando demissões ou mesmo impedindo homossexuais de conseguirem uma vaga no mercado de trabalho formal; impedindo a expressão da afetividade de casais em vias públicas etc. Em muitos casos, chega ao cúmulo da violência física e ao assassinato de homossexuais, constituindo assim um problema de Estado, pois abarca a violação dos Direitos Humanos, de todo um segmento populacional. Portanto, o entendimento da homofobia deve ir para além de uma questão pessoal daquele que é homofóbico e ser assumido pelo Estado como um problema social a ser solucionado.

A palavra homofobia foi empregada inicialmente pelo psicólogo George Weinberg no ano de 1971. É crime, pois a homofobia é proibida por leis no Brasil, que por meio de artigos existentes na Constituição Federal de 1988 asseguram a proteção aos diversos tipos de práticas sexuais neste país. Artigos da Constituição Federal que podem exemplificar são o artigo 1º inciso IV e o artigo 5º inciso XLI, que dizem:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

No que diz respeito aos direitos adquiridos na esfera da diversidade sexual referente à população LGBT ainda há muito a ser conquistado. Existe um pedido de petição encaminhado para o Congresso Nacional de um anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual, que abrange a reivindicação de direitos e outros assuntos pertinentes a todos que fazem parte desse grupo. O anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual está composto por 111 artigos distribuídos em 18 capítulos que norteiam questões desde o direito à livre orientação sexual, direito e

dever à filiação, à guarda e à adoção, até contra a discriminação no mercado de trabalho.

Mas é possível citar alguns direitos, mesmo que poucos, já conquistados como, por exemplo, o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidade familiar, por parte do Superior Tribunal Federal, bem como a conquista de casais homossexuais ao direito de adotar crianças. Outro importante passo para a evolução desses direitos é a concessão de benefícios aos parceiros homossexuais de segurados do INSS, assim surgindo os primeiros avanços na área da Previdência Social.

Outra ação que merece destaque é o Programa Brasil sem Homofobia, Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual, lançado no ano de 2004 pelo Governo Federal por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos e é constituído de diferentes ações voltadas para:

a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;

b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;

c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e

d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT.

O reconhecimento tem se tornado uma importante bandeira do movimento LGBT e significa a conquista de direitos nas várias esferas, seja civil, penal, administrativa, união homoafetiva, previdenciária, religiosa, profissional, escolar, dentre outras, e ,assim, abrangendo a sociedade como um todo. De maneira mais específica,

destacamos a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, como um documento oficial que trata com ênfase questões relacionadas ao ensino, e sua essência trata da seguinte temática:

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. A Resolução citada acima possui assuntos pertinentes a comunidade LGBT, onde a mesma foi criada por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, logo os artigos que compõem essa Resolução estão voltados para direitos à comunidade LGBT referentes ao ambientes escolar, ou seja, de ensino, desde a educação básica até a nível superior.

Ao analisarmos o conceito anteriormente mencionado pela autora Kotlinski (2007), no que se refere à homofobia e fazermos um paralelo com outros autores, é possível destacar visões diferenciadas, como por exemplo, no que diz Costa (2012), quando sugere o uso da expressão “preconceito contra orientações não heterossexuais” substituindo o termo homofobia. Outro autor que aponta questões sobre homofobia é Castro (2012), ao descrever que todas as pessoas, sejam elas, homossexuais, heterossexuais, transexuais e outros estão em constante análise em relação a sua sexualidade, e quando exercidas fora dos considerados padrões sociais, estas estão sujeitas a ações homofóbicas.

Ainda citando Costa (2012) sobre o conceito de homofobia, quanto ao fato de tal conceito tradicional não dar conta da homofobia internalizada trazendo a visão de uma subdivisão do conceito de homofobia em: LGBTfobia; heterofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e outros.

O assunto em questão é tratado de maneira negativa nos mais diversos cenários da sociedade, principalmente nos ambientes escolares, pois se referem à homofobia como sendo tema vinculado a problemas que ocorrem no cotidiano escolar, assim juntamente a temas ligados ao aborto, drogas, prostituição, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros que elencam uma visão negativa para a sociedade. Um exemplo que ilustra esse tipo de realidade está descrito por Almeida (2011), quando o autor destaca os documentos oficiais da educação que aborda a homossexualidade, citando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que tratou sobre o assunto de gênero e sexualidade, mas que ao

fazer uma leitura dele, observou-se que o tema homossexualidade foi citado explicitamente apenas uma única vez e este se encontra relacionado a temas considerados negativos ao longo da história, como por exemplo, aborto, pornografia e prostituição.

Em 2011 o Governo Federal lança o Projeto Escola Sem Homofobia. Após a implementação do Programa Brasil Sem Homofobia foi possível observar que um dos principais ambientes onde ocorre a prática de homofobia é nas escolas, tornando-se necessária a aplicação de um projeto que interferisse diretamente de maneira preventiva e corretiva. Ou seja, através da educação é possível evitar essa conduta de não aceitação e até mesmo corrigir visões distorcidas sobre a diversidade sexual existente nas escolas e na sociedade como um todo.

Mesmo o Projeto Escola Sem Homofobia tendo como objetivo contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro, este projeto foi fortemente criticado e até mesmo banalizado pela população de forma pejorativa, de maneira a criarem um comparativo chamando o projeto de “Kit anti-homofobia”.

Pamplona (2012, p. 135) cita como se mostrou a verdadeira visão de resistência a esse projeto:

Falam de um material que pretende fazer das escolas verdadeiras academias de homossexuais. Afirmam existir uma minoria barulhenta que pretende sobrepor-se a uma maioria absoluta de heterossexuais. Conjecturam a possibilidade da criação de um terceiro sexo com uma lei. Asseguram que o material contém linguagem vulgar e imagens pornográficas. Sustentam que há uma afronta aos valores de família, ou ainda, que se trata de uma desconstrução da família. Reforçam a convicção de que nenhum pai ou mãe deseja ter um filho ou filha homossexual. Alegam que o material estimula a homossexualidade, pedofilia e pederastia. Defendem que as homossexualidades são opções sexuais, ou, modismo, aberração, doença, perversão. Asseguram que o material é uma apologia à sexualidade precoce, ou uma maneira de despertar nas crianças, que não possuem maturidade devida, um assunto angustiante. Atribuem às homossexualidades um caráter de problema comportamental crônico, ou rotulam essas de serem afrontas à sexualidade natural, biológica, reprodutiva.

Outro importante estudo que merece destaque é o realizado pela UNESCO em parceria com o Ministério da Educação, no qual é relatado que, segundo Abramovay e colaboradores (2004), a homofobia no contexto escolar não possui muitos registros de maneira documental e além de verificar situações em que os

professores contribuem para essa lamentável realidade, sendo que eles deveriam contribuir positivamente procurando evitar tais discriminações. Os autores ainda destacam que a homofobia é uma questão cultural que denominam hierarquias em nome da virilidade e masculinidade, salientando ainda que a homofobia possui uma tendência a ser naturalizada a ponto de, em determinados momentos, não ser considerada uma violência ou até mesmo uma discriminação. Assim, fazendo-se necessário tomar cuidado com a linguagem, com as formas de comunicação e até mesmo com as brincadeiras com duplo sentido levando a entendimentos discriminatórios na escola.

Um levantamento que merece destaque são os relatos coletados por meio desse estudo

A partir de relatos colhidos em grupos focais com alunos Abramovay e colaboradores (2004) perceberam que essas violências destinadas aos homossexuais podem resultar em abandono da escola, falta de pertencimento ao ambiente escolar e a intenção de interromper a carreira por parte das vítimas. Segundo os autores; a escola é indiferente a esse fato, embora alunos e professores reconheçam a existência desse preconceito e o entendam como algo negativo. Alguns professores são coniventes com o preconceito e a discriminação ao entenderem as expressões de conotação negativa como brincadeiras, coisa sem importância. Outros acreditam que a culpa é da vítima que se isola e se autodiscrimina. (2004, p.40-41)

Através de pesquisas como esta é possível observar tamanha repercussão que tal discriminação traz na vida social e escolar de alunos vítimas dessa realidade, assim aumentando os índices de evasão escolar relacionados à homofobia sofrida, tema central de nosso artigo.

Tiago Zeferino dos Santos em sua dissertação de mestrado cita um importante artigo "*Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais e transgêneros nas escolas brasileiras*" escrito por William Siqueira Peres. Tal artigo expõe situações de estudantes de várias cidades do Brasil, onde os mesmos são trans e foram entrevistados e relataram situações de homofobia relacionadas à escola.

O principal objetivo do artigo de Peres por meio das entrevistas foi (SANTOS, 2014, p. 56) enfatizar a necessidade de reflexões sobre as diversas identidades sexuais e de gênero e mostrar o quanto a instituição escolar pode mudar a vida e a história de uma pessoa trans.

Marcelo Daniliauskas, em sua dissertação para mestrado, cujo título é *“Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia”* destaca algumas medidas realizadas pela CONAE (Conferência Nacional de Educação) de 2010, medidas essas que ilustram um salto qualitativo na área da educação: destacamos as propostas aprovadas pela CONAE como, por exemplo, a cidadania e direitos humanos; a formação inicial e continuada dos profissionais de educação; currículos por meio de disciplina obrigatória em articulação com as diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos bem como o Plano Nacional de Políticas Públicas para a Cidadania LGBT; materiais didáticos através do fomento à produção de filmes, vídeos e publicações sobre diversidade sexual; políticas educacionais promovendo estudos e avaliações em relação às políticas educacionais sobre orientação e diversidade sexual.

Valdenia Pinto de Sampaio Araújo, autora de uma dissertação de mestrado, cujo tema se assemelha ao tema do artigo em desenvolvimento, pois o título da dissertação de Araújo: *“Educação E Diversidade(S): Qual A Cor Da Homofobia No Arco-Íris Da Escola? Pergunta Quais práticas homofóbicas estão presentes no cotidiano escolar contra jovens LGBT’s (mulheres e homens) estudantes do ensino médio integrado ao técnico do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Piauí – IFPI –Campus Zona Sul?”* salienta a importância do papel da escola na formação pessoal de alunos que enfrentam discriminações pela sua opção sexual, assim (Araújo, 2012, p. 40) relata:

[...]o papel da escola e das/os profissionais da área da educação é de fundamental importância no enfrentamento das formas de produção do sofrimento psíquico e social dos/as jovens não heterossexuais, sobre as/os quais, a carga discriminatória e os padrões normativos acabam por desencadear atitudes desrespeitosas, posto que, observo que a grande maioria das pessoas compreende que a homossexualidade está vinculada ao erotismo, exotismo e perversão, portanto, é também função da escola, dar atenção ao papel social desses grupos, pois antes da orientação sexual, que é inerente a cada pessoa, devem-se considerar as visões e posições das/os LGBT’s, enquanto sujeitos políticos, e, portanto, merecedoras/es de reconhecimento e respeito.

Ao abordar sobre a homofobia, a autora acima demonstra ênfase sobre os travestis e transexuais, pois são as principais vítimas dessas discriminações. Para melhor explanar acerca do assunto, destacamos a seguinte passagem de (ARAUJO; BRANDÃO, 2009, p. 167):

Quando começa a manifestação da sexualidade das travestis e transexuais, que diverge daquelas padronizadas dentro da heteronormatividade – e, portanto, convencionalmente aceita –, a consequência é a discriminação, seguida, de modo geral, da expulsão do ambiente familiar, da rejeição pelas (os) colegas, da evasão escolar, etc. Tudo isso desemborça na falta de qualificação para um mercado de trabalho, a cada dia, mais exigente.

Diversos autores, até o presente momento, ressaltam que, de uma maneira geral, há muito o que ser estudado, pesquisado e trabalho sobre esta triste realidade: a homofobia fortemente presente nas escolas. Por isso, além de buscar entender, ou até mesmo conhecer o cotidiano das escolas que possuem vítimas homofóbicas, é necessário desenvolver materiais pedagógicos, construir políticas educacionais, entre outros instrumentos a fim de minimizar e erradicar tal violência que se instaura nas escolas, a homofobia.

Francisco Diemerson de Sousa Pereira em sua dissertação fala sobre uma mudança no processo ensino aprendizagem que merece destaque, pois nos dias atuais onde a tecnologia ocupa grande parte do dia a dia dos alunos e professores, a mesma muitas vezes colabora negativamente, assim aumentando os índices de evasão escolar devido à prática de homofobia, então o citado autor expõe: (Pereira, 2012, p. 61)

A escola moderna, ao mesmo tempo em que exige-se uma adequação aos conceitos de globalização e inserção nos mecanismos tecnológicos, tem perdido a prática de *falar* e *ouvir* seus sujeitos. Os educadores, tanto aqueles que convivem na sala de aula quanto os que administram a estrutura escolar, precisam avaliar que o processo de formação individual passa além da imposição de uma ordem, é necessário vivenciar um contexto de compreensão das realidades e das multiplicidades que estão envolvidas e presentes no universo da escola.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

Após realizar as entrevistas com os alunos que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, foi possível constatar alguns assuntos pertinentes que apresentaram semelhança entre os entrevistados, bem como alguns temas que foram abordados de forma individual, ou até mesmo a ênfase com que cada participante deu a determinado assunto.

De uma maneira abrangente, procuramos segmentar as três entrevistas em diferentes partes, ou seja, os conteúdos citados pelos mesmos foram divididos em seis categorias onde destacamos: família; amigos; educação básica;

comportamento social e pessoal; Homofobia e o CEJA de Imbituba na fala dos entrevistados; e combate à homofobia.

5.1 FAMÍLIA

Um assunto recorrente foi a família, ocupante de um importante papel na vida desses homossexuais que lutam pelo respeito da sociedade em geral. A aceitação de quem eles amam, ou seja, da família, é fundamental para a construção do verdadeiro gênero que eles carregam em seu eu. Enquanto a família de um apóia, a do outro não aceita e a do terceiro não se envolve em relação à homossexualidade assumida pelo sujeito.

Foram entrevistados três alunos do CEJA de Imbituba que se definem como LGBT: Ana, que se define como uma travesti; Paulo que se denomina bissexual; e João que se caracteriza como um indivíduo gay. Todos abordaram a família e relataram a respeito da importância que cada uma possui na trajetória de vida de cada participante.

Ana que se classifica como travesti assumida, conta-nos sobre o convívio que tem com sua família hoje e como foi a reação familiar quando se assumiu travesti. No início, ela procurava se abrir mais com as amigas, a ponto de sair de casa vestida de homem e ir para a casa das amigas e se vestir de mulher para ir a festas e lá agir como tal, fumar e se envolver com homens. Até o dia em que seu pai foi buscá-la em um baile. Ao vê-la daquele jeito, seus pais conversaram e ela desabafou a respeito de sua opção sexual. Seu pai ficou mais neutro, mas sua mãe disse que aceitaria sua sexualidade, mas que ela se cuidasse, ou seja, que ela não se prostituísse para não contrair nenhuma doença. Ana relatou em sua entrevista que quando seu pai a viu vestido de mulher e fumando, chegou a pensar que seus pais iriam colocá-la para fora de casa e que foi uma surpresa para ela a reação deles e que foi muito importante esse acolhimento deles nesta fase da vida dela. E até hoje o apoio deles não falta e que ela é grata pela aceitação de toda família, pais e irmãs que continuam tratando-a normalmente, com o mesmo carinho de antes.

Em relação ao depoimento do aluno Paulo sobre sua família, por se tratar de um jovem bissexual, ele é muito discreto e pouco fala sobre isso com sua família, prefere ficar neutro, mas declarou que seus familiares e seu padrasto falaram que sua opção sexual é uma coisa normal.

Já o nosso entrevistado João, um nordestino negro que se considera gay, a realidade era outra. Sua família possuía outra cultura, mas havia uma controvérsia, pois enquanto seus pais não sabiam de sua opção sexual, sua tia e sua prima escondiam essa realidade de sua mãe. Enquanto a tia instigava seu lado afeminado por meio das músicas que ela colocava para ele dançar, sua prima o convidava para brincar com suas bonecas. Até que um dia, seu irmão presenciou uma cena sua com um rapaz e começou a chantageá-lo de maneira a tornar a situação insuportável a ponto de João procurar sua mãe e contar sobre seu verdadeiro gênero e sua opção sexual. Pela reação dela, acreditou que no fundo ela já sabia, pois o único conselho que ela lhe deu foi que se cuidasse e que ela iria continuar amando-o da mesma maneira, pois ele não iria deixar de ser seu filho por esse motivo. Com seu pai a realidade foi outra, pois ele era de uma cultura mais rígida e tradicional, então ele acreditava que seu filho estava com alguma doença que poderia ser resolvida com um tratamento medicamentoso ou por intermédio de uma cirurgia. Ou seja, seu pai possuía um pensamento mais leigo, sem muito conhecimento, e assim se passaram alguns anos, sua mãe faleceu e ele não teve mais contato com seu pai.

5.2 AMIGOS

Na categoria de amigos, houve um pouco de semelhança entre dois sujeitos, Paulo e João. Já Ana distanciou-se um pouco da realidade dos dois.

Ana, segundo ela, por possuir um temperamento mais extravagante sempre conquistava as pessoas e assim adquiria a amizade de muitos, ou melhor, de muitas, pois suas amizades na escola eram em sua maioria com meninas. Ela ainda destaca que possuía poucos amigos masculinos, mas suas amigas, na grande maioria, eram meninas e que a tratavam como uma mulher, sendo que ela já frequentava o banheiro feminino sem nenhum pudor. Atualmente, na escola onde frequenta, o CEJA de Imbituba, ela possui amigas íntimas, e elas tiram dúvidas sobre sua opção sexual.

Paulo, um jovem de vinte anos muito reservado e um tanto tímido, não possuía amigos na sua fase de educação básica. Citou apenas um amigo que teve aos quatorze anos, mas que tal amizade era superficial, pois ele não compartilhava

nada com o amigo. Paulo narrou que sofreu bullying na escola, o que prejudicou sua socialização com os outros colegas de sala de aula.

João ao responder sobre possíveis amigos que teve em sua fase escolar na idade da educação básica nos diz que teve poucos amigos, pois desde criança teve muita vergonha de ser negro e possuir jeito afeminado. Parecia que os colegas riam dele e por possuir esse pensamento não interagia com os colegas e até mesmo com os professores. Situação em que vemos o racismo combinado com a homofobia.

5.3 EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica está relacionada às séries iniciais, às finais e ao ensino médio, então os sujeitos se encontram nas fases de crianças e adolescentes, e essa passagem na vida dos nossos entrevistados expressa suas descobertas e construções iniciais com o mundo.

Ana ressaltou tanto experiências boas quanto ruins na sua fase de adolescente, e relatou o caso de um professor que a assediou, mas também destacou o apoio que recebeu da orientadora da escola onde aconteceu o fato, bem como as providências que foram tomadas em relação ao assédio, como, por exemplo, a reunião feita com os pais, a direção e o professor acusado. Ela enfatiza ainda sobre a diferença existente no convívio com os colegas do ensino fundamental comparando com os colegas que convivem hoje com ela no CEJA, o que nos faz pensar que o CEJA é menos discriminatório.

Nosso jovem Paulo relata pouco sobre sua experiência na educação básica. Apenas afirma que teve problemas com sua opção sexual no ensino médio, no ensino fundamental não recorda, pois já faz algum tempo. Destacando apenas a experiência ruim que o mesmo vivenciou no quesito bullying, quando ele acredita ter sido vítima de gozação, devido seu cabelo comprido e sua pele muito branca, mas em relação a lembranças boas de apoio da escola referente a esse episódio, o mesmo não recorda.

Com João as lembranças não são as melhores, pois o entrevistado confessou que sempre quando chegava à escola ele tinha medo. Destaca ainda que na sua adolescência o conflito foi maior, pois os colegas já percebiam seu jeito mais afeminado, mas ele não queria se assumir. Assim como Paulo, João sempre se

sentiu sozinho na escola, nunca teve apoio de nenhum funcionário e quando estava em sala de aula não sabia se prestava atenção na aula ou nos colegas olhando pra ele. As poucas lembranças que João possuía eram de que quando entrava na secretaria da escola era para fazer matrícula, ou para pegar o boletim, pouco tinha contato com os alunos e professores.

5.4 COMPORTAMENTO SOCIAL E PESSOAL

Cada indivíduo possui suas características próprias. Então, diante de determinadas situações, irão agir de diversas maneiras, pois cada ser humano tem sua forma única de ser. Assim são nossos colegas que participaram das entrevistas com suas singularidades e seus pontos de vista diante da realidade que cada um vive ou até mesmo sofre. A cada fase de nossa vida vamos amadurecendo e percebendo o quanto éramos despreparados e sem informação suficiente para lidarmos com determinadas situações. Citamos o caso de Ana que diz ter passado pela experiência de ter sofrido assédio de um professor e que sua reação foi ter ficado presa em si mesma, com medo de contar para alguém. Hoje Ana é bem resolvida, auto-define se como travesti, possui uma visão de si como sendo feminina, e ainda destaca que se caso sofrer algum tipo de discriminação não vai ficar calada como fez na sua adolescência, ela vai procurar seus direitos, pois como a mesma diz: “Cumprimento todo mundo, respeito todo mundo e também quero ser respeitada.”

Ela relata que em certas situações, como a de ter de escolher na hora de ir ao banheiro na escola, ela vai ao banheiro feminino, pois se considera uma pessoa do gênero feminino, mas para que evoluísse a ponto de se assumir afirmou ter sido necessário vivenciar situações que fizessem com que ela amadurecesse como foi o caso de tomar a decisão de se vestir de mulher publicamente e enfrentar os olhares e os comentários nas ruas.

O jovem Paulo possui um comportamento mais reservado, pouco comunicativo com as pessoas. Durante a entrevista, ele se declarou bissexual e apresentou desenvoltura para um estilo de pessoa andrógina, e ainda confessou que não gosta de namorar, ou seja, de manter um relacionamento amoroso com alguém seja homem ou mulher. No momento ele está focado nos estudos e afirma que depois, se surgir alguma pessoa confiável que goste dele poderá ser diferente.

No decorrer da fase de criança e adolescente, Paulo não teve apoio de ninguém, nem da família nem da escola. Quando se refere a sua opção sexual diz que se sente um pouco de cada, feminino e masculino ao mesmo tempo e ainda ele sente necessidade de tomar hormônio para acentuar os traços femininos, mas de maneira discreta. O jeito introvertido do jovem entrevistado nos revela o quanto não gosta de interagir com as pessoas. Na conversa, ele relatou que não gosta de conviver com os alunos e com os professores, gosta de estudar em casa sozinho, por meio das mídias e da internet.

Paulo ainda ressalta que para ele os colegas de sala de aula não sabem de sua opção sexual, que para os alunos ele é uma pessoa normal e heterossexual, pois suas características não são marcantes de maneira a identificá-lo como um ser bissexual e que pouco conversa sobre esse assunto com outras pessoas, mas que participa de debates e críticas pela internet, por meio de blogs e redes sociais.

João, nosso entrevistado nordestino, conta que na época que frequentava a escola quando adolescente, ele se sentia diferente e achava que os colegas ficavam olhando o jeito dele, então muitas vezes João pensou em se matar, pois tamanho era seu medo, sua vergonha por ser diferente. Ele chorava muito e passava boa parte dos seus dias deprimido.

Um comportamento retraído fazia com que João se sentisse incapaz de estudar, possuísse baixa-estima e assim sofreu pânico e se tornou uma pessoa sozinha, sem amigos. A partir de seus vinte anos procurou ajuda, começou a se aceitar do jeito que é e se assumiu como gay, mas declara que não se considera afeminado, ou seja, meio termo, nem muito masculino, nem muito feminino e atualmente ele conta a todos que é uma pessoa bem resolvida e que se sente normal e muito bem e para driblar o nervosismo ele procura pensar que está contracenando a fim de não atrapalhar seu desenvolvimento.

5.5 HOMOFOBIA E O CEJA DE IMBITUBA NA FALA DOS ENTREVISTADOS

Neste subitem vamos redigir sobre como os entrevistados fazem a comparação das escolas anteriores à escola que hoje eles frequentam, o CEJA de Imbituba.

Ana nos conta a tamanha a diferença da escola que ela frequentou nos anos iniciais para a realidade do CEJA. Atribui isso ao fato de os alunos do CEJA serem mais adultos e entendem melhor as diferenças. Ela ainda destaca que não é a primeira vez que estuda no CEJA de Imbituba, já retornou outras vezes.

Ao perguntarmos a ela sobre possíveis sugestões para sua escola atual, a mesma ressalta:

“Se surgir alguma coisa que eu ver que esteja faltando eu posso ajudar, mas no momento não estou sentindo falta de nada. Poderia abrir um pouco mais sobre o tema aqui na escola, claro que ainda têm muitas pessoas que ainda não conhece, mas como trabalha com jovens e adultos têm muitas pessoas de idade, assim podendo abrir mais a mente dessas pessoas.”

Paulo ainda ao falar sobre o CEJA de Imbituba mostra que não conhece todos os alunos, pois ele declara que: “Eu não conheço nenhum caso relacionado a isso, mas eu acredito que se tivesse algum aluno gay assumido ou uma transexual aqui no CEJA do tipo daquela que não passa despercebida acho que iria ter muito problema sim.”

Logo lembramos que a escola funciona nos três períodos como anteriormente mencionado, assim destacamos que Paulo e Ana estudam em períodos diferentes, e não se conhecem.

A visão de João já difere um pouco, pois ao perguntarmos se ele achava que existia discriminação no CEJA de Imbituba, argumentou que a discriminação existe em todos os lugares salientou ainda que:

Porque aqui são vários tipos de pensamento, tem muita gente, tanto homem como mulher que as vezes precisa de apoio moral, eles precisam ser acolhidos, porque aqui existem pessoas que aceitam e existem pessoas que não aceitam, existem homofóbicos de varias formas. Eu vejo na sala muita gente que sofre por amor, gente que comenta que ta mal, porque fulano não me quer e assim tira um pouco a concentração dos estudos. Aqui na escola tem muita gente, muita diversidade, então é importante esse apoio. Apoiar o aluno para não desmotivá-lo e fazer coisas para desenvolver a capacidade do aluno.”

5.6 COMBATE À HOMOFOBIA

Durante as perguntas realizadas para os entrevistados, buscou-se coletar sugestões que mudassem a realidade que vivenciaram para que outras pessoas com opções sexuais, ou com identidade de gênero variada não tenham essa mesma história que muitas vezes marcam uma vida inteira.

Então ao questionarmos Ana sobre possíveis trabalhos a serem realizados ou que foram anteriormente apresentados na escola que a mesma frequentou, ela explicou que quando aconteceu aquele assédio foi tomada a seguinte medida:

Foi feito uma reunião e foram chamados os meus pais e eu e foi chamado o professor que naquela época ele era temporário e ele foi substituído por outra professora que era daquela escola foi chamado a direção toda pra uma reunião, foram dois dias de reunião e ele foi afastado. Depois foi feito um trabalho na escola, uma palestra para conscientizar, na época quem fez esse trabalho na escola foi a dona Augusta que era orientadora da escola. Foi um trabalho com palestra sobre a diferença em termo de opção sexual.

O ponto de vista do aluno Paulo estava mais voltado para a necessidade de expandir o mercado de trabalho para essa população LGBT, pois sua maior preocupação estava em realizar trabalhos e eventos nas escolas a fim de conscientizar as pessoas para a necessidade de haver respeito com essa minoria no momento que os mesmos forem encaminhados para o mercado de trabalho, então uma de suas falas foi:

e assim só pra que eles pelo menos tenham respeito quando forem encaminhados para o mercado de trabalho, principalmente as mulheres que são donas de loja feminina, às vezes pode ser que receba uma cliente assim transexual, um cliente transhomem ou quem for juiz pode acabar recebendo um caso de uma transexual que quer mudar os documentos ou quem for médico pode acabar recebendo uma paciente transexual que quer fazer tratamento com hormônios, uma cirurgia.”

E para finalizar sua luta pela igualdade, Paulo reforçou com a seguinte frase: “... então é preciso de mais políticas públicas para preparar as pessoas pra aprender a lidar melhor com essa população LGBT assim como outras minorias como os deficientes físicos pra que possamos crescer.”

João se apresentou mais didático com relação às sugestões para combater a homofobia, pois se voltou mais para questões psicopedagógicas:

O problema deve ser encaminhado pra alguém que já esteja especializado naquele assunto pra esclarecer, problemas com relacionamento principalmente, de vez enquanto na sala de aula deveria ter uma palestra sobre isso pra esclarecer, até pra aquelas pessoas que são enrustidas se libertarem mais um pouco, porque isso é importante para o desenvolvimento do aluno, então você vê que seria muito importante uma palestra, uma pessoa pra esclarecer sobre isso, porque cresce os dois, cresce o colégio e cresce o aluno. Palestras, psicólogos na escola pra esses momentos quando tiver algum problema, porque eu acho que a pessoa que tem algum problema

de família, de trabalho. Sempre é bom ter essas coisas, ter uma forma de acolher mais o aluno. De vez enquanto fazer um evento, uma dinâmica em sala de aula, tipo como a professora de Português fez, colocou um filme pra gente ver.”

6 CONCLUSÃO

Após reunir informações e assim construir conhecimentos acerca do tema estudado: *“Relação entre evasão escolar e homofobia na educação de jovens e adultos”* sendo possível abranger inúmeras áreas como, por exemplo, conceitos referentes à diversidade sexual, ou seja, à cultura LGBT; aprofundar um pouco a respeito da modalidade de ensino de jovens e adultos; bem como dialogar sobre evasão escolar e seus principais motivos; conhecer a realidade de alguns estudantes que se encontram inseridos nesta modalidade de ensino, além de serem os principais sujeitos da pesquisa, podemos dizer que esses alunos são como uma pequena amostragem dentro de um universo de alunos que passam ou passaram pelas mesmas experiências relatadas pelos alunos entrevistados do CEJA de Imbituba.

Destacamos, neste momento, o problema ao qual esta pesquisa buscou responder, o qual foi verificar se a homofobia teve papel principal na evasão escolar da educação básica e se no CEJA de Imbituba hoje ocorre essa mesma homofobia prejudicando ou não a permanência dos estudantes LGBT. Logo, diante de todo o desenvolvimento que este artigo explanou desde conceitos, informações até relatos de entrevistas de pessoas consideradas vítimas de discriminações de homofobia, seja no ambiente de trabalho, na rua ou na escola em que estuda ou estudou, é possível confirmar que infelizmente a evasão escolar da educação básica foi uma forte consequência da homofobia sofrida em ambiente escolar na fase de infância e adolescência, contribuindo assim para o retorno aos estudos em idade adulta, e que a modalidade EJA oferece a melhor opção nesses casos.

Podemos ainda concluir que há muito a ser pesquisado e trabalhado nesta área da discriminação e que a unidade escolar é o melhor lugar para iniciar tal estudo, pois as crianças e adolescentes estão em fase de desenvolvimento. Então citamos a Proposta Curricular de Santa Catarina como uma importante ferramenta para estruturar tal estudo, pois, dentre os temas transversais em pauta na proposta,

encontram-se temas relacionados à diversidade sexual e como trabalhar o mesmo em sala de aula.

THE RELATION BETWEEN SCHOOL EVASION AND HOMOPHOBIA IN THE EDUCATION FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS.

Abstract: The present article is about the relation between the homophobia suffered by students from Education for Young and Adults (EJA) self declared homosexuals and the school evasion in the regular school. Its general objective is to analyze the consequences of the presence of homophobia at the Center of Education of Young and Adults (CEJA) from Imbituba-SC, articulated with the possible causes of school evasion in the basic education. The specific objectives are: to understand how the subjects of the research lived the experience of discrimination and school evasion by the fact of their gender option and their sexuality during the basic education; to analyze the presence of homophobia at CEJA and its relation to new school evasion; to reflect about the role of CEJA in the inclusive education in order to prevent and combat the homophobia, weaving prospects for its facing in the school scope to restrain new school evasions. The methodology used was classified as an exploratory research, whereby it was held a case study in the dependences of the CEJA, located in the city of Imbituba SC. The instruments responsible for the register of the data were the application of questionnaire to a group of students from ten different classes and semi-structured interview to three students who accepted to contribute with the study, after full disclosure at CEJA from Imbituba. After the interview we tried to organize it. So we subdivided the results into six categories: family, friends, basic education, social and personal behavior, homophobia, CEJA from Imbituba in the speech of the respondents and combat against homophobia. Each participant brought to light personal experiences that proved the existing relation between homophobia suffered in the basic education, in the regular education, and the school evasion, but point out the CEJA as a space where there is less discrimination.

Keywords: Sexual diversity. Homophobia. School evasion. Education for young people and adults.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de. (Homo)sexualidades e gênero nos documentos oficiais da educação In **34ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Natal, 2011.

ARAÚJO, Valdenia Pinto Sampaio; BRANDÃO, Agda Jorge. *Atrás do aquê: dificuldades e incertezas no acesso ao trabalho das travestis e transexuais de*

Teresina PI. In: LIMA, Solimar Oliveira; BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. (Org.). **Trabalho e desigualdades**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2009, v. 1, p. 164-177.

ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. **Educação e diversidade(s): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola?** ' 01/08/2012 136 f. MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ Biblioteca Depositária: JORNALISTA CARLOS CASTELO BRANCO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Acessado em 07/04/2015.

COSTA, Angelo Brandelli. **Preconceito contra orientações não-heterossexuais no Brasil: critérios para avaliação**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

CASTRO, Alexandre Silva Bortolini de. **Sexualidade, gênero e diversidade: currículo e prática pedagógica**. In **35ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Porto de Galinhas, 2012.

DANILIAUSKAS, MARCELO. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil Sem Homofobia**. ' 01/05/2011 158 f. Mestrado acadêmico em Educação Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo Biblioteca Depositária: FEUSP. Acessado em 13/04/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOTLINSKI, Kelly. **Diversidade sexual, uma breve introdução**. In: Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Brasília: Coturno de Vênus, abril, 2007. Disponível em: . http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diversidade_sexual-artigo_diversidade_sexual_-_artigos_e_teses.pdf. Acessado em 13/04/2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. In: Educação & Realidade. V. 20. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

PAMPLONA, Renata Silva. **O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual**. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

PEREIRA, Francisco Diermos de Sousa. **CORPOS CONTROLADOS, PRÁTICAS COSTUMEIRAS: HOMOFOBIA E VIOLÊNCIA NA ESCOLA**. Aracaju: Universidade de Tiradentes; 2012.

PERES, William Siqueira. **Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs.** In: GROSSI, Miriam Pilar; BECKER, Simone; LOSSO, Juliana Cavilha M., PORTO, Rozeli Maria; MULLER, Rita de Cássia F. (Orgs). **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SANTOS, VILSON PEREIRA DOS. **Educação de jovens e adultos: um estudo sobre trajetórias escolares interrompidas** 01/08/2012 167f. Mestrado acadêmico em Educação Instituição de Ensino: Pontifícia universidade católica de Goiás Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC Goiás. Acessado em 13 de abril de 2015.

SANTOS, ZeferinoTiago. **Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar.** 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

SEFFNER, Fernando. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação** [recurso eletrônico] / Fabiane Ferreira da Silva, Elena Maria Billig Mello (orgs.). Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

APÊNDICE A - Questionário para alunos/as do CEJA de Imbituba.

Específico para Mulheres

Idade () anos

() Séries Iniciais () Séries Finais () Ensino Médio

Assinale com X se você já sofreu discriminação por ser CONSIDERADO PELOS
DEMAIS:

() mulher

() negra

() não ser heterossexual

() mulher masculina

() outros _____

OBS: Caso queira contar sua história, me procure na secretaria.

Específico para Homens

Idade () anos

() Séries Iniciais () Séries Finais () Ensino Médio

Assinale com X se você já sofreu discriminação por ser CONSIDERADO PELOS DEMAIS:

- () homem
- () negro
- () não ser heterossexual
- () homem feminino
- () outros _____

OBS: Caso queira contar sua história, me procure na secretaria.

APÊNDICE B - Roteiro entrevista semiestruturada

- 1) Na sua experiência escolar anterior sofreu algum tipo de discriminação pelo seu jeito de ser/agir com as pessoas? Lembra de alguma cena/episódio sobre isso? Pode contar?
- 2) Como você agia quando passava por estas situações? Sua família ajudava quando você necessitava de apoio na escola? (Sua família lhe aceita como você é?) Havia alguém na escola que lhe ajudava?
- 3) Você tinha amigos/as na escola? Fale sobre eles/as.
- 4) Quais os principais motivos que levaram você a desistir de frequentar a escola na educação básica?
- 5) Você conhece mais pessoas que são gays, lésbicas ou trans que sofrem ou sofreram algum tipo de discriminação no ambiente escolar?
- 6) Você se considera dentro de uma dessas orientações sexuais (acima) ou não acha necessário se definir?
- 7) Na nossa sociedade as pessoas, muitas vezes, se dizem masculinas ou femininas. Você se vê como?
- 8) A discriminação sofrida na educação básica, também acontece no CEJA?
- 9) Como você se sente diante dos colegas de sala de aula? E como você acredita que eles te vêem?
- 10) Você conversa sobre essas questões no seu cotidiano? Com quem? E no CEJA?
- 11) Você vê diferença no tratamento que você recebia: no ensino fundamental e no ensino médio e no CEJA? Comente.

- 12) É a primeira vez que frequenta o CEJA ou já retornou outras vezes?
- 13) Conhece os direitos relacionados aos sujeitos LGBT? De que maneira as escolas poderiam trabalhar essa questão de diversidade sexual, em sua opinião? Já ouviu falar em homofobia? O que sabe a respeito?
- 14) Alguma escola que frequentou fez algum tipo de atividade/discussão com alunos e/ou professores e/ou funcionários sobre estas temáticas? Você tem alguma sugestão para as escolas?